

PORTO & MAR

Codesp negocia uso de recursos de outorgas no Porto de Santos

EGLE CISTERNA
DA REDAÇÃO

Os recursos vindos das outorgas dos arrendamentos do Porto de Santos podem começar a ser utilizados para investimentos no complexo portuário santista.

O presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Tércio Casemiro Carvalho, confirma que está negociando isso com o Ministério da Infraestrutura (Minfra).

“O próprio ministro (Tarcísio Gomes de Freitas) já manifestou que os próximos recursos de outorga virão para investimento local”, afirma ele, mas tal regra ainda não será aplicada nos valores da outorga das duas áreas que serão leiloadas hoje, na B3 (Bovespa).

A informação foi dada durante o 1º Fórum de Debates Porto & Negócios, promovido pelo Sistema Santa Cecília de Comunicação, na noite de ontem, em Santos, onde se debateu a ligação seca entre as margens do Porto.

O presidente da Codesp rebateu a afirmação do prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, que disse que a região teria necessidade de mais de uma ligação e cobrou investimento do Governo Federal.

Pela defesa de que a ligação seca saia do papel, uma vez que o assunto é discutido desde o início do século passado, o secretário nacional dos Portos e Transportes Aquaviários substituto, Fábio Lavor Teixeira, afirmou que o Governo está envolvido na busca de uma solução.

“Mas temos que ver que tipo de problema queremos atacar, se a logística, mobilidade, e os impactos que isso vai ter no cotidiano das pessoas e do Porto. As soluções têm que estar alinhadas com o que está sendo previsto para o futuro do Porto”, diz Teixeira, que se reuniu na semana passada

com o secretário estadual de Transportes e Logística, João Octaviano Machado Neto, para discutir o tema.

O assessor da Secretaria de Estado de Transporte e Logística Valdemar Bon Junior disse que o projeto do túnel foi inviabilizado pelo alto custo. “Ou teríamos um pedágio alto que seria proibitivo ou uma concessão muito longa”.

ESTUDO

Valdemar Bon Júnior afirma que o Estado fez um estudo extenso com sete locações dentro do canal do Porto para a ponte feita pela Ecovias, que teria a concessão ampliada foi a melhor opção.

O presidente do conselho liberativo da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Clythio Backx van Buggenhout, acredita que a decisão deva passar pelo crivo da comunidade portuária, dentro

do Conselho da Autoridade Portuária (CAP). “A licença portuária deve ser obtida em observância aos planos para o Porto, antes de seguir adiante com qualquer projeto”, avalia.

O presidente da Docas levanta a questão da segurança no canal. “Nos últimos cinco anos, há mais de 20 inquéritos em andamento na Marinha por desvio de rota. Isso significa que se esses 20 desvios de rota fossem no alinhamento da ponte, haveriam 20 colisões que poderiam impactar a própria ponte”, disse.

Também participaram do debate o diretor-superintendente da Ecovias, Rui Klein, o prefeito de Guarujá Válder Suman, os deputados federais Rosana Valle (PSB) e Junior Bozella (PSL), os estaduais Tenente Coimbra (PSL) e Kenny Mendes (PP) e o presidente do Sistema Santa Cecília, Marcelo Teixeira.